

## **Censura à imprensa e a busca de legitimidade no regime militar**

**Daniel Trevisan Samways / UFPR \***

**Resumo:** O presente trabalho visa discutir a questão da censura à imprensa no regime militar brasileiro, instaurado entre os anos de 1964 e 1985. Tal controle tinha por objetivo impedir que críticas ao governo, aos atos institucionais e a tudo aquilo que, de certa forma, iria contra os interesses dos militares fosse noticiado pela imprensa. Buscando construir uma imagem positiva da nação, livre de qualquer ato arbitrário, o governo criou medidas que cercearam a liberdade de imprensa, bem como inúmeras liberdades individuais. Colocando censores nas redações ou enviando recomendações do que não deveria ser noticiado para muitos jornais de todo o Brasil, os militares buscaram criar a idéia de harmonia social. Impedindo que críticas fossem divulgadas, existia apenas uma verdade permitida, a oficial.

**Palavras-chave:** Censura; legitimidade; imprensa.

### **Introdução:**

Este estudo busca analisar a censura ocorrida no período militar e a motivação por parte dos militares em controlar a informação, bem como em criar uma imagem positiva da nação. Entende-se aqui, que esse controle partiu da idéia de que seria necessário combater o inimigo e impedir que o seu discurso fosse divulgado. A censura à imprensa seria um dos pilares da repressão, no sentido de que buscava impedir que qualquer crítica ao governo fosse publicada, contribuindo assim para uma melhor imagem do governo. Juntamente com a censura, a propaganda realizada por agências governamentais, visava mostrar um país bom, que se mantinha no caminho do crescimento, um país ao qual ninguém seguraria, um país que deveria ser amado pelos brasileiros e um país que estava distante de torturas, de censura, de atos arbitrários. Neste sentido, buscou-se formar uma imagem da nação, uma imagem positiva que se conseguiria suprimindo o discurso inimigo.

À luz da história política pretende-se abordar como a censura foi importante para se tentar legitimar um discurso que mostrava os aspectos positivos do país. Entende-se aqui, que esse modelo de análise é importante, pois fornece os elementos necessários para uma melhor análise do período militar, não se atendo somente aos aspectos econômicos e sociais, mas também analisando os aspectos inerentes à política, como os fatos políticos, as paixões e ideologias políticas e as relações entre o poder e a sociedade.<sup>1</sup> Desse modo pretende-se

---

\* Mestrando em História

<sup>1</sup> ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Tradução Aurea Weisseberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Ver também RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

compreender de que modo a censura foi importante para os militares em sua busca por legitimidade e para a construção de uma positiva imagem da nação.

Com a retomada dos plenos poderes em janeiro de 1963, Goulart partiu para a realização das chamadas *Reformas de Base*, que pregavam reformas na economia, na política, no sistema bancário e na remessa de capitais para o exterior, além da reforma agrária. Essas propostas provocaram grande temor nos setores mais conservadores e esperança nas esquerdas, que viam o seu projeto de reforma social em curso.

O perigo da consolidação das reformas e a ampliação de movimentos progressistas preocupavam os setores mais conservadores, como os empresários ligados ao capital estrangeiro, alguns setores militares e a igreja. O crescimento de manifestações de ambos os lados demonstrava a instabilidade do período.

A necessidade de concretizar as reformas pela via institucional tornava-se cada vez mais distante, pois a ala mais conservadora, representada pela UDN e pelo PSD, era maioria no Congresso, o que levou Goulart e os setores mais interessados nas reformas, a partirem para um discurso mais radical. Com um discurso em 13 de março de 1964 na Central do Brasil, com a participação de mais de 350 mil pessoas, o presidente afirmava que “nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro.” Afirmava ainda que o “governo, que é o povo e somente ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira.”<sup>2</sup> A resposta ao discurso veio no dia 19, com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, reunindo mais de 500 mil pessoas, reunindo os setores mais conservadores da sociedade.<sup>3</sup> Esses setores temiam uma possível instauração do comunismo no país, além do fato de que, a realização das reformas prejudicaria alguns setores que foram privilegiados nos anos anteriores e que não desejavam abrir mão dos benefícios até então conquistados. O país vivia um momento de alta efervescência no campo político e nos embates ideológicos. As direitas viam a necessidade de expurgar da presidência aquele que representava eminente perigo ao país.

---

<sup>2</sup> O discurso completo de Jango no dia 13 de março de 1964, encontra-se disponível em FICO, Carlos. *Além do golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. pp. 283-291.

<sup>3</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 31.

Após o apoio a sargentos sublevados em 1963, Goulart apoiou também o movimento realizado pela Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) em março de 1964. Com um discurso realizado no Automóvel Clube contando com a presença de subalternos das Forças Armadas, Goulart deu seus últimos passos como presidente. Para Carlos Fico, ao que tudo indica, o golpe estava planejado para alguns dias após a movimentação das tropas vindas de Minas Gerais comandadas pelo General Olympio Mourão Filho. Mourão, todavia, ficou impaciente com a demora e em articulação com o governador Magalhães Pinto tomou a iniciativa de marchar para o Rio de Janeiro. Assim, os principais articuladores do golpe, sem conseguir dissuadir Mourão, aderiram ao golpe e tomaram as medidas possíveis para que ele se realizasse, como impedir a prisão de Castelo Branco decretada por Goulart tardiamente.<sup>4</sup> Diante da ofensiva vinda de Minas Gerais e optando pelo não enfrentamento armado que poderia levar a uma guerra civil, Goulart partiu rumo à Brasília e de lá rumo à Porto Alegre. O governo que contava com o apoio de mais de 76% do eleitorado caiu como um castelo de cartas.<sup>5</sup> Com o presidente ainda em solo brasileiro foi decretada a vacância da presidência na madrugada de 02 abril, assumindo o cargo o então presidente da Câmara, Ranieri Mazilli. Porém Mazilli não assumiria de fato o poder. Poucos dias após, em 09 de abril, o “Comando Supremo da Revolução”, uma junta militar que reunia as três armas, editou o Ato Institucional que instaurou o estado de exceção no país, cassando os direitos políticos de vários nomes da política nacional. Em 15 de abril Castelo Branco era empossado presidente da república.

### **A censura na imprensa**

Ao tomarem o governo em 1964, os militares precisavam garantir sua legalidade e a imagem de um bom governo, que não tortura, nem tampouco aplica medidas repressivas. Para isso precisavam do apoio do Congresso para garantir sua legalidade, e para tal precisavam de deputados e senadores a seu favor; inicia-se um violento processo de cassação de parlamentares que vai se estender até praticamente o fim da década de 70, extirpando da cena política aqueles que iriam contra o governo e tinham supostas atividades subversivas,

---

<sup>4</sup> FICO, Carlos. *Op. Cit.* p. 16.

<sup>5</sup> TOLEDO, Caio Navarro. 1964: *O golpe contra as reformas e a democracia*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 76.

deixando apenas os que tinham os mesmos anseios de uma “sociedade justa, organizada e ordeira”. Para manter sua boa imagem e impedir que “influências negativas” chegassem à população era necessário aumentar o controle à imprensa, evitando que ela desse espaço para o discurso inimigo. Esse controle foi de grande utilidade, pois impedia que grande parte da população soubesse dos atos repressivos, autoritários e violentos por parte do governo. Estava proibido críticas ao governo em todas as suas esferas; impedia que o teatro apresentasse peças subversivas e “perigosas”. Porém, esse processo de cerceamento da cultura e da informação demorou quatro anos para se consolidar efetivamente dentro do governo de exceção. De ato em ato montou-se um aparato controlador de grande eficiência, que iria espalhar censores por toda a parte, cortando e alterando tudo aquilo que não atendessem aos ideais militares e conservadores.

Entre os anos de 1964 até 1968, ano da edição do Ato Institucional n.º 5, podemos considerar que a censura não foi tão rígida, não que não tenha existido, pois filmes foram censurados já em abril de 1964, assim como jornalistas foram presos também nesse período, mas ela não era sistemática, não possuía todo poder e aparato que ganhou nos anos seguintes, e com a edição do AI-5 o governo adquiriu um poder de controle muito maior sobre a imprensa. Caberia à imprensa manter a população “informada” do que acontecia no país, noticiar “um país que vai pra frente”.

Sobre a atuação da censura na imprensa de forma mais rígida após 1968, Maria Aparecida de Aquino afirma que:

É de conhecimento público que ações repressivas foram cometidas pelo governo contra a imprensa e contra jornalistas entre 1964 e 1968. Assim ocorreu com Hélio Fernandes [jornalista], que teve seus direitos políticos cassados durante dez anos e, por críticas ao ex-presidente Castelo Branco, quando da sua morte em 1967, foi aprisionado na Ilha de Fernando de Noronha. Porém, o marco de uma censura política lentamente institucionalizada é estabelecido a partir de 13 de dezembro de 1968, data da edição do AI-5.<sup>6</sup>

O Ato Institucional n.º 5 (AI-5) foi a maneira encontrada pela “linha dura” (como ficou conhecida a ala do governo de idéias mais repressivas e autoritárias) de centralizar o poder no Executivo, independentemente do Legislativo. A edição desse ato ocorreu em um período conturbado no país quando o deputado Márcio Moreira Alves, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) da Guanabara, fez discurso sugerindo que a população

---

<sup>6</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999. p. 205.

boicotasse a parada militar em comemoração à Independência e que as mulheres não namorassem militares envolvidos na atividade repressiva. Este discurso teve repercussão dentro do governo, que viu sua “Revolução de Março” atacada, sendo necessária a devida punição do acusador. Porém, para qualquer medida contra o deputado era necessário que ele perdesse sua imunidade parlamentar, que deveria ser votada pelo Congresso. No dia seguinte à votação, favorável ao deputado, o AI-5 foi editado, sendo o Congresso fechado nesse mesmo dia por tempo indeterminado com o Ato Complementar número 38. Para Aquino o AI-5 acabou “concentrando e conferindo excepcionalidade maior ao presidente; limitando ou extinguindo liberdades democráticas e suspendendo garantias constitucionais. Ao contrário dos atos institucionais anteriores, não havia prazo estipulado para sua vigência.”<sup>7</sup> Cabe ressaltar que o AI-5 não deve ser entendido estritamente como resposta ao discurso do deputado, ou à luta armada. Deve-se percebê-lo como parte de um projeto de uma linha mais radical que vinha desde o início do período militar, em constituir um aparato global de controle da sociedade. Esse projeto não se resumia apenas na repressão ou na espionagem, mas também na censura e na propaganda política.<sup>8</sup>

A censura prévia teve início a partir da edição do AI-5, onde vários veículos da imprensa sofreram a intervenção do Estado, com o envio de normas a serem seguidas, como mostra o manual distribuído a jornais no Rio de Janeiro no próprio dia 13 de dezembro de 1968.<sup>9</sup>

#### Manual distribuído no Rio de Janeiro

##### 1. Objetivos da censura:

- a) obter da imprensa falada, escrita e televisiva o total respeito à Revolução de Março de 1964, que é irreversível e visa a consolidação da democracia;
- b) Evitar a divulgação de notícias tendenciosas, vagas ou falsas, que possam vir a trazer a intranquilidade ao povo em geral.

##### 2. Normas:

- a) Não deverão ser divulgadas notícias que possam:
  - propiciar o incitamento à luta de classes;
  - desmoralizar o governo e as instituições;
  - veicular críticas aos atos institucionais;
  - veicular críticas aos atos complementares;

<sup>7</sup> AQUINO, Maria Aparecida. *Op. Cit.* p. 206.

<sup>8</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. pp. 81-82

<sup>9</sup> A versão deste manual encontra-se em KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* p. 108, a qual justifica a ausência do item n.º 3 devido o original não conter este item.

- comprometer no exterior a imagem ordeira e econômica do Brasil;
- veicular declarações, opiniões ou citações de cassados ou porta-vozes;
- tumultuar os setores comerciais, financeiros e de produção;
- estabelecer a desarmonia entre as forças armadas e entre os poderes da República ou a opinião pública;
- veicular notícias estudantis de natureza política;
- veicular atividades subversivas, greves ou movimentos operários.

4. Prescrições diversas:

- a) a infração das normas do n.º 3 implica a aplicação das sanções previstas em lei;
- b) os espaços censurados deverão ser preenchidos de forma a não modificar a estrutura da publicação ou programa;
- c) as presentes instruções entram em vigor no ato do recebimento, revogando-se as disposições em contrário.

Ass: General de Brigada César Montagna de Souza

Esta atitude por parte do governo, com o envio de normas a serem seguidas, tem por base a Lei de Imprensa, n.º 5.250 de 09/02/1967, tendo no seu artigo 1.º que

(...) é livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.

Continua no parágrafo 2.º:

(...) o dispositivo nesse artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitas à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o Governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas em relação aos executores daquela mídia.

O governo autoritário nunca decretou o *estado de sítio*, pois procurou construir uma imagem positiva do país negando a existência de atos arbitrários ou de um estado de exceção, mas para muitos pesquisadores, o AI-5 foi de certo modo um estado de sítio, e a ausência de um pleno estado de direito, permitiu que o governo adotasse as medidas estabelecidas pelo parágrafo 2º da Lei de Imprensa.<sup>10</sup> Por outro lado, pode-se perceber que ao mesmo tempo em que o governo se proclamou defensor da “moral e dos bons costumes” não deixando que notícias ou programas impróprios fossem veiculados, há também uma preocupação política por trás da censura, proibindo críticas, ao governo, à Revolução de Março, aos atos e decretos militares.

Cabe ressaltar que apesar de instaurar a censura prévia em alguns jornais, não havia aparato legal para isso. Para Maria Aparecida de Aquino ele vai ser conseguido com um decreto de 1970, afirmando que “a única tentativa de regulamentação do exercício da censura prévia ocorreu por meio dos adendos introduzidos no Artigo 153, § 8.º, parte final da

<sup>10</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* p. 105.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Esses adendos foram introduzidos pelo Decreto-lei número 1.077, de 26 de janeiro de 1970.”<sup>11</sup>

Afirmado também a importância do Decreto-lei 1.077 para a regulamentação da censura prévia, Beatriz Kushnir aponta também para a análise de um Decreto-lei de 1946, extremamente útil para a censura durante todo o regime militar. Segundo ela:

(...) Ao ser elaborado o Decreto-lei n.º 1.077, de 26/01/1970 (...) legaliza-se a norma da censura prévia. Assim, se, de acordo com o capítulo 2 do Decreto n.º 20.493/46, o serviço da censura deveria, antecipadamente, analisar e aprovar, na totalidade ou em partes, todas as exposições de cinema, teatro, *shows*, bem como a execução de discos, propagandas e anúncios na imprensa, o 1.077/70 vai bem mais longe. Sempre justificando as proibições pelo resguardo da “moral e dos bons costumes”, como se assim lhes anulasse a intenção política, o governo proíbe publicações, nacionais e importadas, que ofendam esses requisitos.<sup>12</sup>

Ao analisar o decreto de 1970 os censores concluem que “o governo considerou, ao baixar o Decreto n.º 1.077/70, que o emprego desses meios de comunicação [imprensa escrita e cinema] obedece a um plano subversivo que põe em risco a segurança nacional e que tais publicações estimulam a licença, insinuando o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira”<sup>13</sup>

Nota-se que o “amor livre” era tido como destruidor da sociedade e dos valores morais, e eram questões que “preocupavam” os censores e os governantes ao elaborarem um conjunto de normas de cerceamento. Esta questão moral está no segundo artigo no decreto 1.077, que também regulamenta a atuação da Polícia Federal como responsável pela censura, devendo “verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente à moral e aos bons costumes em qualquer meio de comunicação, cabendo ao DPF execução desta tarefa”<sup>14</sup>

Porém, Carlos Fico afirma que o Decreto-lei 1.077 não foi utilizado para a censura política da imprensa. Para ele o decreto-lei se referia às publicações contrárias à moral e aos

<sup>11</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. *Mortos sem sepultura*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 519.

<sup>12</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.* p. 116.

<sup>13</sup> *Idem.* p. 117.

<sup>14</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Op.Cit.* p. 117.

bons costumes, mas não se referia a censura de temas estritamente políticos na imprensa. Afirma que a censura da imprensa utilizou-se do *decretum terribile* de 1968, o AI-5.<sup>15</sup>

Em levantamento realizado junto aos vetos dos censores nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Movimento*, Maria Aparecida de Aquino demonstra que outras questões eram os alvos principais da censura. Ela conclui que no jornal “*O Estado de São Paulo*, a unidade temática que apresenta a maior quantia de matérias vetadas é a de Questões Políticas, com 52,91%. Já no caso do alternativo *Movimento*, a maior parte de matérias vetadas distribui-se entre as unidades temáticas Questões Sociais (25,60%) e Questões Políticas (25,48%).”<sup>16</sup>

Era mais preocupante ao regime a divulgação de notícias de cunho político e social que mostrassem o Brasil de fato, como por exemplo, todos os atos repressivos, a reação da esquerda, com assaltos a bancos, seqüestros, organização de guerrilhas, além das condições sociais desumanas em que viviam muitos brasileiros. Enfim, notícias que, de certo modo, denegriam a imagem de um regime instaurado arbitrariamente, que pregou a mudança, a elevação da condição social dos brasileiros, e assim, não poderia permitir a divulgação de informações de que isso não estava acontecendo. Fica claro, desta forma, a preocupação com matérias políticas e sociais que expressassem as falhas e os arbítrios do governo.

No início de setembro de 1970, delegados da PF receberam instruções de como agir com relação à censura. Os oito pontos eram:

**Primeiro:** quanto às normas gerais, pautava-se pela veracidade das notícias publicadas; pelo cumprimento da Lei de Imprensa, a de n.º 5.250/67, e pela proibição do uso de expressões como “fonte fidedigna”, “pessoa ou político bem informado”, “fontes autorizadas da Presidência”, “fontes autorizadas do ministério”, “assessores”;

**Segundo:** quanto à política, deliberava que era proibido notícias, declarações, entrevistas etc. de pessoas atingidas pelos Atos Institucionais e membros de organizações estudantis; bem como de declarações contra o governo, ou animosidade entre membros do regime, ou fatos políticos não comprovados; não criticar os Atos Institucionais e a legislação vigente, não divulgar notícias de prisões e censura;

**Terceiro:** quanto aos atos atentórios ao patrimônio, interditava notícias sobre assaltos a estabelecimentos de crédito;

**Quarto:** quanto aos costumes, proibia a divulgação de crimes ou cenas obscenas que atentassem contra a moralidade da família brasileira;

**Quinto:** quanto aos problemas religiosos, vetava tanto a divulgação de atitude política de clérigos quanto aos episódios que criassem animosidades nessa seara;

<sup>15</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 90. Do mesmo autor ver também *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Op. Cit.* p. 189.

<sup>16</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. *Mortos sem sepultura*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Op. Cit.* p. 526.



**Sexto:** centrava-se nas questões financeiras e proibia a divulgação das políticas econômicas do governo;

**Sétimo:** quanto às questões sociais, censurava a divulgação de movimentos operários, greves, ou qualquer outro tema que promovesse a “subversão da ordem pública”. Era também interdito o comentário a “movimentos subversivos em países estrangeiros, planos de condutas violentas, guerrilhas etc., assim como filmes para televisão de movimentos desta natureza”;

As “**recomendações finais**” determinavam serem proibidos, “sob qualquer hipótese ou pretexto e, no tocante às matérias acima especificadas, “manchetes”, títulos, fotografias ou legendas de caráter sensacionalista, malicioso ou que não correspondam exatamente ao texto.”<sup>17</sup>

Estava montado o aparato de controle à imprensa, que perduraria até meados de 1978, com a extinção do AI-5. Muitas notícias de grande relevância foram submetidas ao veto dos censores que, conforme rezava o “manual”, tinham a função de proteger o país de influências negativas, além de promover a imagem do governo, pois não se mostravam fatos negativos em grande escala.

Em pesquisa sobre os cortes e vetos sofridos pelos jornais, Maurício Maia apresenta os números da censura<sup>18</sup>:

Semanário *Opinião*: Circulou entre 1972 e abril de 1977. Três edições apreendidas, uma embargada na gráfica antes da impressão e outra inviabilizada por que foram cortadas 170 das 346 laudas da edição. Nas 230 edições, 4.572 laudas foram vetadas, sendo que o periódico teve, ao longo dos quatro anos e meio, 5.796 laudas.

O jornal *Movimento* entre 1975 e 1978, teve cerca de seis mil artigos e ilustrações vetadas parcial ou totalmente, sendo que algumas foram proibidas de circular. A que tratava da questão da exploração petrolífera, foi vetada depois de passar pela censura. Um número sobre a mulher teve 80% do material censurado. Outro, dedicado à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte foi apreendido pela Polícia Federal.

A revista *Veja*, criada em 1968, sofreu com a censura prévia durante alguns meses de 1972, e entre os meses de fevereiro de 1974 e junho de 1976. Nesse período houve sessenta matérias vetadas na íntegra, quarenta e quatro fotografias e vinte desenhos e charges censurados, 10.352 linhas de textos cortadas. A revista teve, até 1974, duas edições apreendidas.

<sup>17</sup> “Recomendações para a imprensa escrita, falada e televisada/ Ministério da Justiça”. Fundo DSI/MJ, AN/RJ. Em *Cães de Guarda* de Beatriz Kushnir, p-118.

<sup>18</sup> MAIA, Maurício. *Censura, um processo de ação e reação*. In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Op. Cit.* p. 469-473.

O jornal *O Estado de São Paulo* sofreu a censura prévia entre março de 1973 e janeiro de 1975, tendo sido cortados 39 editoriais, 1.136 matérias e 54 artigos.

Com essas medidas, alguns veículos de informação não tiveram condições de manter-se financeiramente, devido à impossibilidade de circularem com um número elevado de matérias cortadas ou vetadas, não tendo condições de ir às bancas com tantos espaços em branco, além de edições inteiras que eram vetadas ou apreendidas depois de chegarem às bancas, o que causava prejuízos financeiros. Outros veículos de maior circulação tinham algumas soluções diferentes para os vetos, como *O Estado de São Paulo*, que inseria nos espaços vetados, receitas culinárias além de poemas de Camões, e a revista *Veja* que colocava “diabinhos” nesses espaços. Ambas as atitudes foram repreendidas pela Polícia Federal, que proibiu substituições inadequadas.

Censurando e também produzindo campanhas publicitárias enaltecendo o país, o governo militar visava criar uma imagem positiva do Brasil, pois, não era permitido fazer críticas nem expor aspectos negativos da realidade brasileira, e em contrapartida a criação por parte do governo de campanhas que almejavam fortalecer o patriotismo, o combate ao inimigo, a necessidade de confiar no governo, criavam uma imagem que não condizia com a realidade brasileira. Estava proibido noticiar atos de tortura, prisões e desaparecimentos de subversivos, movimentos contestatórios realizados por estudantes, dar espaço a pessoas que tiveram seus direitos políticos cassados, estava proibido até mesmo divulgar a existência de censura. Com a propaganda se desejou criar a imagem de um país bom, “grande”, que ninguém seguraria, que deveria ser amado por suas qualidades, com um governo livre de atos autoritários, que somente agia para contribuir com a segurança nacional. Tentou-se forjar uma imagem positiva, eliminando e tornando ilegítimo o inimigo e seu discurso, sendo necessário a construção de mecanismos que reprimiam, espionavam, censuravam, extirpando todos aqueles que lutaram contra o arbítrio dos militares. Em uma longa noite iniciada em março de 1964 que se estendeu até 1985, o Brasil vivenciou o autoritarismo, a tortura, a censura, deixando na memória de muitos as marcas de um tempo que não deve ser apagado, mas sim conhecido e compreendido, pois como afirma Hannah Arendt, compreender não significa negar nos fatos o chocante, nem tão pouco eliminar deles o inaudito.<sup>19</sup> Dessa forma

---

<sup>19</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 12.

compreender não significa perdoar, mas sim conhecer e entender, evitando que momentos autoritários se repitam em nossa história.

## **Bibliografia**

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Tradução Aurea Weissemberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

\_\_\_\_\_. *Mortos sem sepultura*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Além do golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MAIA, Maurício. *Censura, um processo de ação e reação*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

NOVINSKI, Anita. *Os regimes totalitários e a censura*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 2005.

\_\_\_\_\_.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TOLEDO, Caio Navarro. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.